

**ANÁLISE DOS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS DA RECENTE  
IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA PRAIA DA  
LAGOINHA (MUNICÍPIO DE PARAIPABA, ESTADO DO CEARÁ)**

**Fábio VASCONCELOS<sup>1</sup>; Márcia Barbosa MARTINS; Roberto Bruno Moreira  
REBOUÇAS**

Universidade Estadual do Ceará - UECE  
Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG  
Grupo de Gestão Integrada da Zona Costeira – LAGIZC  
Av. Paranjana, 1700 Fortaleza, Ceará, Brasil, CEP 60740-000, [lagizc@uece.br](mailto:lagizc@uece.br)

**RESUMO**

Entre os tipos de transformações que o homem vem causando à natureza voltaremos nossa atenção para uma região específica, a zona costeira, que está nesse momento sob maior risco de impactos ambientais adversos. Essa região é alvo de interesses múltiplos geradores de conflitos que só poderão ser resolvidos através de uma Gestão Integrada da Zona Costeira – GIZC (UNESCO, 1997). Hoje cerca de 80% da população mundial está concentrada no litoral, zona considerada, segundo dados da UNESCO, como uma faixa de 50 km da linha de costa, desenvolvendo as mais diversas atividades (PASKOFF, 1998). Antes do século XX as populações eram essencialmente continentais, o interesse pelo litoral se desenvolveu principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Houve uma intensa utilização do mar, e conseqüentemente, uma transformação nas zonas costeiras resultado do surgimento de vilas portuárias comerciais. A ocupação do litoral brasileiro não foi diferente das demais nações. A costa brasileira tem extensão de mais de 8.500 km e concentra quase 70% de nossa população, em sua maioria em cidades de médio e grande porte. Partindo desse universo, concentramos nosso estudo na zona costeira do Estado do Ceará, exemplo de processo de urbanização acelerado que hoje atinge um índice de 49,22%, fazendo com que a densidade demográfica seja uma das mais altas dentre os estados costeiros do Brasil (AQUASIS, 2003). Embora a ocupação do litoral cearense não tenha sido homogênea, hoje vemos que todo o litoral está sendo alvo de especulação imobiliária e objeto de grandes projetos turísticos. Para que haja medidas mitigadoras mais acertadas, e, principalmente, que sejam implantadas pelo poder público e com a participação da sociedade local, devemos recorrer ao processo de GIZC, que consiste num

conjunto de medidas que têm como pilar de sustentação o conhecimento científico e a tomada de decisão da base para o topo da sociedade (VASCONCELOS, 2005). O nosso objeto de estudo é a Praia da Lagoinha, localizada no município de Paraipaba, a cerca de 120 km de distância a oeste de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. A escolha dessa área deve-se ao grande potencial paisagístico e de atração que essa praia apresenta motivando a construção de casas de veraneio e de equipamentos turísticos. Outra razão é o grande interesse de grupos empresariais de instalarem uma importante infraestrutura turística no município. Esse trabalho teve como objetivo estudar a ocupação antrópica da praia da Lagoinha por meio da implantação de uma importante infraestrutura turística e analisar seus impactos socioambientais. Realizamos uma análise ambiental utilizando a metodologia de GIZC, observando o uso e a ocupação atuais. Foram vistas as ações de especulação imobiliária, as construções de empreendimentos comerciais e turísticos, as políticas públicas e suas ações locais para tentar mitigar os impactos negativos de uso e ocupação da zona costeira. Para a realização do trabalho executamos três etapas distintas: coleta de informações documentais e cartográficas; visitas de campo para coleta de informações *in loco*; análise em laboratório das informações coletadas. A coleta de informações foi focada principalmente em trabalhos técnicos, artigos científicos, documentos públicos oficiais, mapas, fotografias aéreas e imagens de satélite da área em estudo. Foram realizadas visitas de campo com a finalidade de verificar a realidade geográfica, assim como a aplicação de entrevistas semi-estruturadas com representantes dos atores locais e coleta de imagens fotográficas da área em estudo. A etapa de laboratório consistiu em sistematizar os dados coletados e confrontar com a realidade local. A análise de dados utilizou a metodologia da GIZC, delimitando unidades coerentes de gestão, identificando fragilidades e potencialidades de uso e ocupação da zona costeira. A abordagem teórico-metodológica utilizada nesta pesquisa visa antes de tudo ao entendimento do espaço geográfico a partir da integração dos fatores ambientais e antrópicos. Analisamos os processos e suas complexas relações na escala hierárquica ambiental a despeito dos fatos isolados, que apesar de serem também importantes para a compreensão do local, tornam-se secundários principalmente se forem estudados de forma individual e sem conexão com demais fatores. A zona costeira local, considerada um sistema a parte entre o domínio terrestre e o oceânico, está ocupada por uma população nativa, composta essencialmente de pescadores artesanais e pequenos comerciantes que

---

<sup>1</sup> Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

veem o território ser fortemente modificado graças à implantação de grandes projetos turísticos. Essa modificação no modelo de ocupação está gerando conflitos sociais graves, entre eles o afastamento da população local de suas profissões tradicionais ligadas à pesca e ao artesanato, a descaracterização da paisagem natural e a perda da identidade marítima principalmente na parcela mais jovem da população. Apesar de haver impacto positivo na geração de emprego e renda no município, observou-se que a ocupação dos melhores postos de trabalho criados nos empreendimentos turísticos é feita por pessoas de outras localidades, devido à baixa qualificação profissional da população local. Embora os dados coletados ainda sejam preliminares, podemos concluir que a atividade turística no distrito da Lagoinha, município de Paraipaba, está em plena expansão com características de turismo de massa voltado para turistas estrangeiros. A instalação dessa infra-estrutura turística provoca fortes impactos sociais e ambientais na zona costeira da Lagoinha. As políticas públicas municipais visam apenas a captação de grandes empreendimentos para a região negligenciando a formação profissional adequada aos novos postos de trabalho que estão surgindo. Constatou-se também um que as populações de baixa renda estão à margem dessa nova realidade de ocupação turística com forte perda da identidade local com tendência ao desaparecimento de profissões tradicionais como a de pescador artesanal e de rendeira.

***Palabras Clave:*** *Gestão Costeira, Turismo, Impacto ambiental, Análise Ambiental,*

## **INTRODUÇÃO**

A questão ambiental tornou-se tema de discussão mundial. Hoje se fala sobre as mudanças climáticas, o derretimento das calotas de gelo, a poluição por queima de combustíveis fósseis, da elevação do nível do mar e das ameaças que pairam sobre a Terra. Existem correntes na Geografia que acreditam que essas mudanças estão sendo causadas diretamente pela ação do homem e outras acreditam que elas sempre ocorreram periodicamente, ocasionando ciclos climáticos como os períodos glaciais e interglaciais. Saindo das discussões filosóficas, as duas correntes de pensamento concordam em um ponto, a ação antrópica contribui para acelerar os processos naturais, transformando a natureza.

Entre os tipos de transformações que o homem vem causando à natureza voltaremos nossa atenção para uma região específica, a zona costeira, que está nesse

momento sob maior risco de impactos ambientais adversos. Essa região é alvo de interesses múltiplos geradores de conflitos que só poderão ser resolvidos através de uma Gestão Integrada da Zona Costeira – GIZC (UNESCO, 1997).

Para discutir e compreender a importância da GIZC é preciso, em primeiro lugar, entender a relação do homem com a natureza ao longo do tempo e de sua evolução, pois é dessa relação que se obtêm as transformações e seus respectivos impactos socioambientais que serão analisados ao longo do nosso trabalho.

A distribuição atual da população mundial concentra cerca de 4,5 bilhões de pessoas residindo nos ambientes costeiros, considerando esta zona como uma faixa de 100.000 km de linha de costa por 50 km de largura. Essa população desenvolve as mais diversas atividades, muitas delas conflitantes e, em alguns casos, até mesmo antagônicas (MIOSSEC, 1998).

A ocupação da zona costeira pressupõe que o homem faz modificações e transforma a natureza, sempre buscando adaptá-la para melhor servi-lo. Mas nem sempre foi assim, o homem no passado acreditava em mitos e tinha medo do mar, existia até mesmo uma aversão ao mar, pois o oceano era lugar desconhecido, que o homem não possuía dominação.

Com o início das navegações portuguesas e espanholas o medo do mar foi desaparecendo à medida que se obtinham mais informações sobre os grandes oceanos. O homem foi descobrindo o mundo e as vantagens de se usar o oceano, principalmente em sua função primeira como rota comercial e em seguida para fins terapêuticos como os banhos medicinais, e por último como lugar de lazer, recreação e turismo.

A intensa utilização do mar transformou as zonas costeiras através do surgimento de vilas portuárias, o comércio intensificou as trocas de mercadorias e fez o crescimento das cidades litorâneas.

No Brasil a fundação de vilas e cidades costeiras foi impulsionada também pela dificuldade da exploração interna, das terras continentais, devido às dificuldades impostas pela densa floresta e pela presença de grupos indígenas hostis a ocupação estrangeira.

A costa brasileira tem extensão de mais de 8.500 km e concentra quase 70% de nossa população, em sua maioria em cidades de médio e grande porte, entre elas 13 das 27 capitais de estados da federação. Partindo desse universo, concentramos nosso estudo na zona costeira do Estado do Ceará, exemplo de processo de urbanização acelerado.

No caso do Estado do Ceará, a ocupação da zona costeira atinge um índice de quase

50%, concentrando uma população de mais de 4 milhões de pessoas, fazendo com que a densidade demográfica seja uma das mais altas dentre os estados costeiros do país (AQUASIS, 2003). Essa ocupação deu-se principalmente a partir da segunda metade do século XX.

O litoral do Ceará vem sendo mudado pela ação antrópica, que somado as mudanças naturais, ocasiona na maioria das vezes prejuízos ambientais, que Souza (1999) define da seguinte forma:

[...] comportamentos físicos e biológicos – de natureza geológica, geomorfológica, hidroclimática, pedológica e fito-ecológica - além das condições de uso e ocupação da terra [...] essas condições relacionadas ao antropismo, têm, em alguns casos, se refletido negativamente sobre os subespaços que compõem o litoral leste do Ceará. [...] Como tal, elas têm conduzido a uma deterioração do ambiente configurando problemas para a conservação dos recursos naturais e dos domínios paisagísticos do litoral.

Vale observar que Souza cita o litoral leste do Ceará, mas as condições encontradas nessa área são semelhantes para todo o nosso litoral. Observamos a partir das considerações do autor que a ação do homem aliada aos processos naturais torna-se responsável pela degradação do litoral cearense. Ressaltamos também que a ação antrópica muitas vezes é realizada com a anuência dos poderes públicos.

Embora a ocupação do litoral cearense não tenha sido homogênea, com uma maior preferência pelo litoral leste que o oeste, hoje ambos os setores estão sendo alvo de especulação imobiliária e objeto de grandes projetos turísticos que se instaram motivados pelos benefícios de políticas públicas de desenvolvimento como o Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR. Sobre a desigualdade no processo de ocupação do litoral cearense Coriolano (2005), afirma que:

[...] o litoral oeste teve sua ocupação limitada pelo difícil acesso, o que deixou a paisagem mais preservada, mas hoje isso está mudando, e é em reflexão ao que foi feito no litoral leste que temos que procurar medidas mitigadoras para a ocupação dessa nova região.

Para que essas medidas mitigadoras sejam as mais acertadas, e principalmente, sejam executadas pelo poder público com a participação da sociedade local, é que devemos recorreremos ao processo de GIZC, que VASCONCELOS (2005) define como:

[...] um conjunto de medidas que tem como pilar sustentação o conhecimento científico e a tomada de decisão da base para o topo [...] consiste, também, em fornecer aos administradores públicos elementos para que eles compreendam melhor como funciona o complexo ecossistema costeiro, onde coabitam o meio natural e as atividades humanas.

O objeto de estudo foi a Praia da Lagoinha, localizada no município de Paraipaba, a cerca de 120 km de distância a oeste de Fortaleza, capital do Estado do Ceará (Figura 1).

O motivo da escolha dessa área de estudo deve-se ao grande potencial paisagístico e de atração que essa praia detém e que motiva a construção de casas de veraneio e de equipamentos turísticos no local.

Outra razão importante é que o município de Paraipaba está localizado estrategicamente entre dois municípios com grande importância econômica para nosso estado. O município de São Gonçalo do Amarante, que tem instalado na praia do Pécem um importante complexo industrial e portuário, que deverá receber nos próximos anos as instalações de uma siderúrgica e de uma refinaria de petróleo, e do outro lado, o município de Traíri, que terá um pólo de intensificação do turismo como atividade econômica principal.

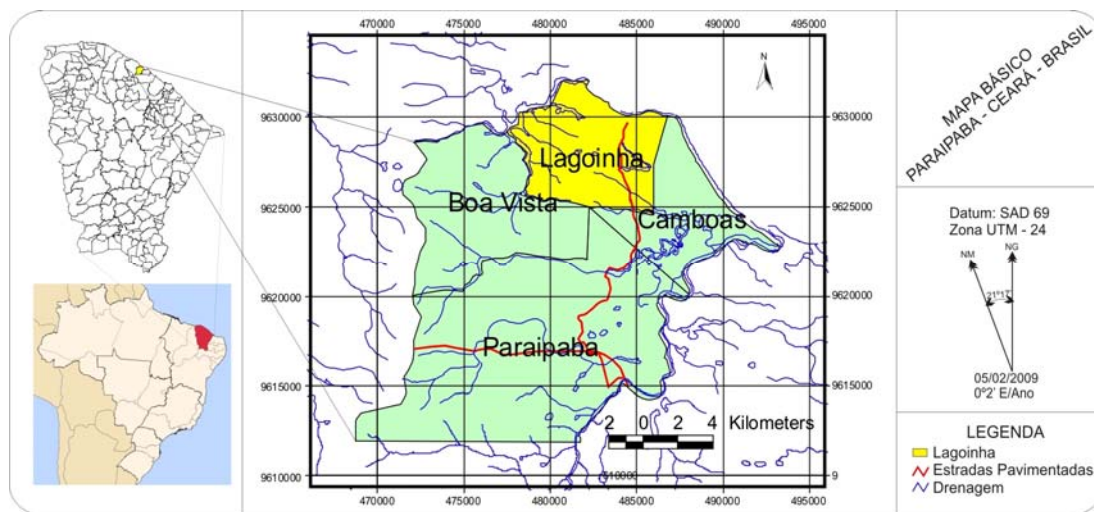


Figura 1 – Localização geográfica da Praia da Lagoinha

## REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

Para a realização do trabalho foram executadas três etapas distintas: coleta de informações documentais e cartográficas; visitas de campo para coleta de informações *in loco*; análise no laboratório das informações coletadas.

A coleta de informações foi focada em uma extensa bibliografia de referência que dispomos, principalmente composta de trabalhos técnicos e científicos sobre a região em estudo, documentos relativos à criação da Área de Preservação Ambiental da Lagoinha – APA e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município. Outras fontes importantes são as fotografias aéreas datadas de 1978 e imagens do *Google Earth* de 2006.

Foram realizadas visitas de campo com a finalidade de verificar a realidade geográfica local, bem como checar as instalações dos grandes empreendimentos turísticos, para analisar se eles realmente estão sendo instalados de acordo com a liberação pelo órgãos ambientais competentes. No campo foram conferidas as informações de posicionamento dos principais pontos de interesse, notadamente os grandes empreendimentos e áreas da APA, utilizando um GPS digital Gramin. No campo também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com representantes dos atores locais.

A sistematização e análise de dados utilizou a metodologia da Gestão Integrada da Zona Costeira da UNESCO (1997).

A abordagem teórico-metodológica utilizada nesta pesquisa está baseada na análise integrada do espaço, analisando os processos a despeito dos fatos, que apesar de serem também importantes para a compreensão do local, tornam-se secundários principalmente se forem estudados de forma isolada e sem conexão com outros fatos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A comparação de fotografias aéreas de 1978 (Figura 2) com imagens do *Google Earth* datada de 2006 (Figura 3) mostra que a paisagem da Praia da Lagoinha está em processo de transformação. O espaço geográfico sofreu uma forte transformação através da expansão da malha urbana. A construção de fixos urbanos se intensifica nos tabuleiros pré-litorâneos e sobre o campo de dunas. Observamos a instalação de grandes vias de acesso.

Observações *in loco* nos permitem constatar a existência de atividade turística denominada de “turismo de um dia”, caracterizada por excursões com chegada na praia pela manhã e retorno no final da tarde, independente do dia da semana e da época do ano.

O turista tem opção de usufruir de toda a infra-estrutura montada para esse tipo de turismo como os restaurantes das pousadas instalados próximas a linha de berma da praia, os espaços das barracas de praia, os passeios de quadriciclos, buggys e jangadas. São ofertados passeios com visita a Lagoa das Almécegas com possibilidade de pequenas viagens de barco num lugar tranquilo com uma paisagem exuberante.



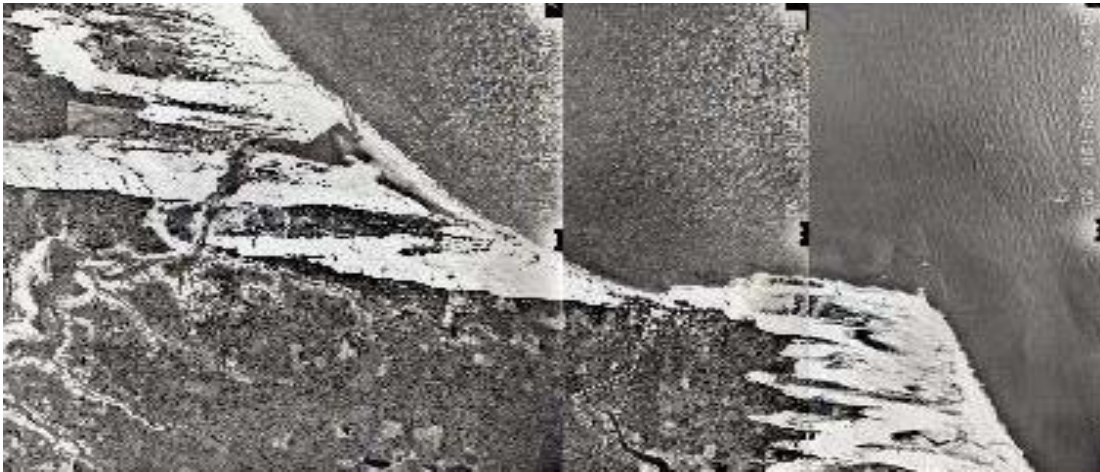


Figura 2 – Fotografias aéreas da Praia da Lagoinha datada de 1978. Fonte: INCRA-Ceará.



Figura 3 – Imagem da Praia da Lagoinha datada de 2006. Fonte: *Google Earth*.

A paisagem local de grande beleza cênica despertou o interesse por outro tipo de turismo que começará ao termino do primeiro grande empreendimento na praia da Lagoinha, que está sendo construído com investimento estrangeiro. Será um turismo voltado para estrangeiros que poderão se hospedar em complexos turísticos que contarão com pista de pouso, campo de golfe e chalés familiares (Figura 4).

O modelo de turismo que está se instalando na Praia da Lagoinha está voltado para uma população de alto poder de compra, normalmente compostas de estrangeiros, que deverá se instalar nesses complexos hoteleiros, isolados da comunidade local. Esse tipo de turismo deixa muito pouca riqueza no local, os empregos gerados serão ocupados por profissionais treinados em outras localidades, pois não existe no Município de Paraipaba qualquer estrutura de formação de pessoal adequada para o nível de atendimento que será



exigido nesses novos espaços turísticos.

Esse modelo de isolamento dos turistas em grandes complexos impede o crescimento da economia local. Os turistas não consomem produtos locais como o artesanato, a comida e as bebidas.



Figura 4 – Instalação de complexo turístico na Praia da Lagoinha. Fonte: Vasconcelos, F.; Martins, M. B. 2008

O complexo turístico apresenta também um grande edifício composto de nove pavimentos em concreto, construído sobre uma pequena falésia constituída de arenitos da Formação Barreira. Essas falésias são ambientes frágeis com dinâmica específica, tendo como uma de suas principais funções a retenção de água de chuvas, alimentando o lençol freático. Essa estrutura em concreto também é uma flagrante agressão a legislação que está previsto na Lei de Gerenciamento através do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla (M. M. A., 2002) que proíbe qualquer construção numa faixa de 200 m da praia.

A população local em entrevistas realizadas demonstra preocupação com as mudanças na cultura local que podem ocorrer após a instalação de grandes complexos turísticos. Entre as principais preocupações estão a possibilidade do surgimento de atividades ligadas a prostituição infanto-juvenil e ao tráfico de drogas. Por outro lado, a população local cria uma expectativa de que novos postos de trabalho serão abertos e que o desemprego diminuirá na localidade.

Vale ressaltar também que a área do complexo turístico está inserida na Área de Preservação Ambiental das Dunas da Lagoinha, instituída em 1999 através do Decreto Estadual nº 25.417. A utilização da APA só é permitida no caso de ser previsto no Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano do município, o que é o caso, pois está previsto,

contanto que não ultrapasse em 10% da área da APA.

O grande problema que se apresenta é que as análises dos projetos são individuais, ou seja, ele individualmente não deve ultrapassar 10% da área da APA, mas quando somamos todas as áreas de todos os projetos elas passam do percentual previsto em lei, caracterizando uma forma de burlar a legislação ambiental vigente.

## CONCLUSÕES

Pelos resultados obtidos até o estágio atual da pesquisa podemos concluir que:

- A comparação de imagens em intervalo de tempo de trinta anos mostra que a paisagem da Praia da Lagoinha está em processo de transformação, através da expansão da malha urbana.

- As observações *in loco* nos permitem constatar a existência de atividade de turismo de um dia independente do dia da semana e da época do ano.

- A instalação de grandes empreendimentos turísticos na praia da Lagoinha está voltada para o turismo de elite, preferencialmente de estrangeiros. Esse tipo de turismo normalmente não usa mão de obra local e deixa muito pouca riqueza para a comunidade receptora.

- A construção de grandes edifícios a menos de duzentos metros da praia é uma flagrante agressão a legislação ambiental vigente

- A população local demonstra preocupação com as mudanças na cultura local com a possibilidade do surgimento de atividades ligadas a prostituição infanto-juvenil e ao tráfico de drogas. Por outro lado, a população local cria uma expectativa de que novos postos de trabalho serão abertos e que o desemprego diminuirá na localidade.

## BIBLIOGRAFIA

AQUASIS. A zona costeira do Ceará: diagnóstico para a gestão integrada. Fortaleza: 2003.

CORIOLOANO, L. N. M. T. & SYLVIO, C. B. de Melo e Silva. Turismo e geografia: abordagens críticas. Fortaleza: EDUECE, 2005.

M.M.A. – Ministério do Meio Ambiente. Fundamento para a Gestão Integrada da Zona Costeira – Projeto Orla. Brasil, 74 p. 2002.

MIOSSEC, A. De l’Amenagement dès Littoraux à la Gestion Intégrée des Zones Cotières. In : GAMBLIN, A. (Org.). Les Littoraux Espaces de Vies. Paris: SEDES, 368 p. 1998.

- PASKOFF, R. Les littoraux, impacts des aménagements sur leur évolution. Paris: Colin, 1998.
- SEMACE. Decreto Estadual nº 25.417. Folheto: APA (Área de Proteção Ambiental) Dunas da Lagoinha. Município de Paraipaba, Estado do Ceará. 1999.
- SEMACE. Meio Ambiente. Legislação Básica. Fortaleza: SEMACE, 1990. 476 p.
- SOUZA, M. J. N. O Ceará: enfoque geográfico. Texto: O Litoral Leste do Estado do Ceará. Org Amora, Zenilde Baima. Fortaleza: FUNECE, 1999.
- UNESCO. Guide Methodologique d'Aide a La Gestion Intégrée de la Zone Cotière. Manuels et Guides N° 36. 1997
- VASCONCELOS, F. P. Gestão Integrada da Zona Costeira: Ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral. Fortaleza: Premium, 2005.